

ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Aldo Schneider
Leonel Pavan

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até as 15h.

Partidos Políticos

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Reabre a sessão e, não havendo deputados inscritos para

fazer uso da palavra, suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Vamos votar, inicialmente, as matérias que foram aprovadas nas comissões e que não constam da pauta proposta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0483/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, que declara de utilidade pública a Associação de mulheres Perseverança e Amor, de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0481/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que declara de utilidade pública a Associação de Amparo e Apoio ao Esporte Catarinense, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0086/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Fibromialgia, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0208/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui a Rota Catarinense da Uva e do Vinho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0284/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, que dispõe sobre a inserção de ícones da página do Procon-SC pelos sítios eletrônicos nos casos que indica.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0294/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que altera a Lei n. 11.984, de 2001, que dispõe sobre as formas de afixação de preços e produtos e serviços, para conhecimento pelo consumidor.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0423/2015, de origem governamental, que revoga a Lei n. 15.052, de 2009, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0205/2015, de origem governamental, que altera a legislação que trata dos fundos especiais que menciona e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e de Justiça

Em discussão.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Fernando Coruja, por até cinco minutos.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, estamos tratando da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0205/2015.

Esta medida provisória, assinada pelo excelentíssimo senhor governador, faz várias alterações nos fundos especiais de Santa Catarina e tem por objetivo principal permitir que recursos desses fundos sejam aplicados para pagamento de pessoal e, pelo o que se vê, para cobrir as dificuldades que está tendo o estado, neste instante, de honrar a sua folha de pagamento. Essas alterações se dão na maioria dos fundos que o estado tem.

Veja, por exemplo, uma questão relativa ao Fundo da Perícia Oficial de Santa Catarina, esse fundo tem por finalidade permitir que as funções, competência, atividades e atribuições, que disciplinam aplicações de recursos para a perícia, e são por eles gerenciados, passem a ser gerenciados agora pela secretaria de Segurança.

Nesse caso específico, quero chamar a atenção para o fato de que estamos tratando de uma perícia, que hoje é autônoma e independente, por dispositivo legal, e que estamos tirando de certa forma a autonomia.

Aqui no próprio Projeto Revigorar, deputado Antônio Aguiar, onde os recursos recebidos pelo projeto não entravam nos 12% da Saúde, com essa medida provisória isso será alterado, diminuindo os recursos à saúde.

Então, as alterações que se faz aqui são muito importantes. Modificam-se vários fundos. E o governo edita uma medida provisória.

É preciso discutir, inclusive, a constitucionalidade dessas alterações. Mas aqui estamos tratando de uma medida provisória, da admissibilidade.

Ora, a admissibilidade das medidas provisórias deve obedecer aos critérios constitucionais, como urgência e relevância, e tratar de matérias que a Constituição não veda. Nós vamos analisar com mais

vagar essa lei porque trata inclusive de dispositivos de lei complementar. Vejam, no art. 22: "O art. 5º da Lei Complementar n. 407, de 25 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação...". Ora, medida provisória não pode tratar de lei complementar. Isso está expresso na Constituição no art. 62. Então, essa medida provisória não obedece aos critérios de relevância e urgência, está tratando de alterações na administração pública de forma variada, de vários fundos e afronta a Constituição no que trata aqui de alterar leis complementares.

Parece-me que o governo de Santa Catarina demonstra o que é verdade. Santa Catarina está atravessando uma crise tão ou mais grave que a dos outros estados. Há uma nuvem de fumaça para dizer que nós vivemos num estado que não sofre essas consequências. Isso não é verdade! O estado quer uma medida provisória, agora, que é ilegal. Não pode alterar isso para pegar dinheiro dos vários fundos, que têm um atributo constitucional, que devem ser aplicados em questão específica. O próprio Fundo Social, em que era explícito que os recursos não poderiam ser aplicados em pessoal, agora se altera para isso. Então, voto contra a admissibilidade dessa medida provisória. Acho que o governo invade a competência do Legislativo para algumas questões e afronta claramente a Constituição porque a medida provisória não obedece às prerrogativas constitucionais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Está em votação a admissibilidade.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com o voto contrário dos deputados Dirceu Dresch, Fernando Coruja e Neodi Saretta e das deputadas Luciane Carminatti e Ana Paula Lima.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0036/2015, de procedência da Mesa Diretora, que altera a

Resolução n. 001, de 2006, que dispõe sobre a organização da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), e a Resolução n. 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Alesc, ambas convalidadas pela Lei Complementar n. 642, de 2015, para o fim de instituir a Controladoria-Geral da Alesc e estabelecer outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - A título de esclarecimento, acho que três emendas foram apresentadas...

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Foram acatadas as emendas às folhas 30 e 39. Estão inclusas as emendas.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abstenção

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim" e uma abstenção.

Aprovada a matéria.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0091/2015, 0142/2015, 0188/2015, 0230/2015, 0236/2015, 0274/2015 e 0393/2015.

Também comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0191/2014, 0719/2015 e 0720/2015.

Comunica, ainda, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0423/2015, 0428/2015, 0433/2015, 0494/2015, 0567/2015, 0596/2015 e 0706/2015.

Também comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0432/2015.

Igualmente, comunica que a comissão de Turismo e Meio ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0696/2015 e 0712/2015.

Outrossim, comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0170/2015, 0307/2015, 0356/2015, 0687/2015, 0691/2015 e 0701/2015.

Comunica, igualmente, que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0322/2015, 0546/2015, 0652/2015, 0664/2015 e 0707/2015.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0354/2015, 0057/2012, 0131/2015, 0192/2015, 0266/2015, 0284/2013, 0328/2015, 0347/2015, 0357/2015, 0371/2015, 0408/2015, 0416/2015, 0417/2015, 0429/2015, 0431/2015, 0439/2015, 0442/2015, 0457/2015 e 0525/2015; dos Projetos de Leis Complementares n.s: 0032/2015 e 0033/2015;

Não há emendas às redações finais.

Estão em votação as redações finais, em bloco, dos projetos lidos.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0261/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes, que institui o Dia Estadual do Agente de Segurança Socioeducativo, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0320/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Programa Condomínio Seguro e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0499/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider e outro(s), que denomina Casa do Empreendedor Eggon João da Silva o edifício da Junta Comercial do estado de Santa Catarina, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0222/2015, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Palmitos (EEF Francisco Fausto da Luz).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0443/2015, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Cunha Porã (unidade básica de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0444/2015, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóveis no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente onde fica esse terreno? Não está com o senhor?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Só se v.exa. olhar o projeto, aqui não está, deputada.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de saber.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Autoriza concessão de uso de imóvel no município de Blumenau - ONG São Roque.

Onde está o projeto?

(Pausa)

A matrícula e o município não tem a localidade, deputada Ana Paula Lima.

Dentro do município não consta aqui, se v.exa. quiser olhar o projeto e conhecer a área aqui, está à disposição.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É um problema, porque essa organização São Roque, que está com problemas, vai doar um...

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - O projeto para chegar à votação passou por três comissões, que imagino que as comissões tenham tido a cautela necessária tanto para comprovar a documentação, também para especificar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu vou dar uma olhada.

DEPUTADO GELSON MERISIO - V.Exa. pode consultar o projeto, em quanto isso está suspensa a votação do Projeto de Lei n. 0444/2015 para que a deputada Ana Paula Lima faça a análise.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0182/2015, de procedência da Mesa Diretora, que altera o § 2º do art. 4º da Lei n. 13.075, de 2004, que institui o Programa Antonieta de Barros, no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para o fim de conceder auxílio-alimentação aos estagiários do programa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0272/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública o Centro de Tradição Gaúcha Serra do Rio do Rastro, de Lauro Müller.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos retirar de pauta o Projeto de Lei n. 0298/2015.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0392/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública o Moto Clube Asas do Destino, de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0425/2015, de autoria do deputado Silvo Dreveck, que declara de utilidade pública a Fundação Catarinense de Assistência Social - Fucas, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0430/2015, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0445/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente A Voz da Verdade, de Brusque.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0464/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Instituição Filantrópica Espírita Casa Medianeiros de Jesus, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0490/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação do Clube dos Desbravadores Albatroz, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0202/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações acerca da existência de caso de Microcefalia e Zika Vírus no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0203/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a possibilidade de ser instalado no *campus* da Udesc, do município de Balneário Camboriú, um dos Centros de Inovação que estão sendo implantados no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0204/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do prazo para a finalização da obra da Escola Estadual Prefeito Higino João Pio, no bairro das Nações, em Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0205/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da existência dos valores que o governo do estado repassa ao Hospital de São Lourenço do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0189/2015, de autoria da comissão de Saúde, a ser enviada aos professores dr. Gilberto Orivaldo Chierice, dr. Salvador Claro Neto, dr. Renato Meneguello, dr. Durvanei Augusto Maria, dr. Otaviano Mendonça Ribeiro Filho, dr. Marcos Vinicius de Almeida e do colaborador Carlos Kennedy Witthoeft, por pesquisarem a fosfoetanolamina sintética, levando esperança de vida a pacientes com neoplasia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0190/2015, de autoria do deputado Darci de Matos a ser enviada aos ministros das Cidades, do Planejamento, do Trabalho e Previdência Social, à secretaria da Habitação e ao presidente do Conselho Curador do FGTS, manifestando repúdio à Resolução n. 790/15, que redefiniu novos tetos para o programa Mina Casa, Minha Vida.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0191/2015, de autoria do deputado Julio Ronconi, a ser enviada ao procurador-geral de Justiça, apelando pela fiscalização nas entidades hospitalares e congêneres, visando cumprir na íntegra o disposto no Art. 12 do ECA, que determina que um dos responsáveis acompanhe, em tempo integral, a recuperação do paciente, criança ou adolescente internado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0192/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, parabenizando-o pelo recebimento do Certificado de Centro de Excelência Internacional em tratamento de

obesidade e ao dr. Ricardo Reis do Nascimento, pela certificação de Cirurgião de Excelência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0193/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio para a urgente inclusão da Proposta de Emenda à Constituição n. 0454/2009, que estabelece diretrizes para a organização da Carreira Única de Médico de estado, na pauta de votação e sua consequente aprovação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.204/2015, 1.221/2015 e 1.229/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.205/2015, 1.206/2015 e 1.218/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 1.207/2015 e 1.235/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.208/2015, 1.223/2015, 1.224/2015 e 1.225/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 1.209/2015, 1.210/2015, 1.211/2015, 1.212/2015, 1.213/2015, 1.214/2015, 1.215/2015, 1.216/2015, 1.244/2015, e 1.246/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 1.217/2015 e 1.233/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 1.219/2015, 1.237/2015, 1.238/2015, 1.239/2015, 1.240/2015 e 1.241/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.220/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 1.222/2015, 1.227/2015 e 1.242/2015, de

autoria do deputado Natalino Lázare; 1.226/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1.228/2015 e 1.245/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.230/2015 e 1.234/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 1.231/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.232/2015, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.236/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 1.243/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.247/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Ainda comunica que serão encaminhadas aos destinados, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0886/2015 e 0887/2015, de autoria do deputado Julio Ronconi; 0888/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0889/2015, 0895/2015 e 0896/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0890/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0891/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0892/2015 e 0893/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0894/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0444/2015, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóveis no município de Blumenau. (ONG São Roque).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Passa à Explicação Pessoal e, não havendo oradores

inscritos a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.